

**ANÁLISE CRÍTICA
DA GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA
IMPLÍCITA NO *NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO***

Carlos Alberto Gonçalves Lopes
calbertoglopes@hotmail.com

O dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira foi, se não o primeiro, um dos grandes dicionários da língua portuguesa lançado no Brasil, tendo alcançado uma aceitação tão grande que o nome Aurélio passou a ser sinônimo de dicionário.

Só recentemente surgiram outras obras de fôlego que tentaram superá-lo, dentre as quais se destaca o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, publicada em 2001 com 228.500 verbetes, um número superior ao do Novo Dicionário Aurélio e ao dos dicionários mais ricos da língua, segundo Penha (2002, p. 132).

Aqui não nos deteremos em apreciações de natureza lexicológica ou lexicográfica, mas apenas em fazer um confronto entre a gramática implícita no Novo Dicionário Aurélio e alguns pressupostos da Linguística Moderna, tomando por base alguns conceitos encontrados em nosso livro *Lições de Morfologia da Língua Portuguesa*.

Como o espaço é limitado, nos deteremos na apreciação apenas de alguns tópicos, deixando para outra ocasião, se houver, a apreciação de outras questões relevantes.

Sobre o grau comparativo, Ferreira (1975, p. 352) se posiciona favorável a essa nomenclatura de grau, mencionando “Pedro é mais inteligente que [ou do que] Paulo” como um exemplo de grau comparativo de superioridade. Só que comparação não é grau mas um mecanismo através do qual se pode expressar o grau. Daí a impropriedade de se denominar grau comparativo, quando o correto seria dizer, por exemplo, grau superior ou inferior expresso por comparação parcial ou total.

Sobre o grau superlativo relativo, Ferreira (1975, p. 1338) se posiciona favorável a essa nomenclatura com o exemplo “Pedro é o aluno mais inteligente do colégio”, seguindo a posição de praticamente todos os gramáticos. Acontece, porém, que essa designação,

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

além de contraditória, é equivocada, pois trata-se aqui de grau superior e não de superlativação, além de ignorar o fato de que se é superlativo não pode ser relativo e vice-versa.

Sobre o superlativo absoluto sintético e o superlativo absoluto analítico, exemplificados nas frases “Pedro é inteligentíssimo” e “Pedro é muito inteligente”, Ferreira (1975, p. 1338) confunde a *superlativação* com a categoria de grau. A rigor, só no superlativo absoluto sintético, exemplificável em *inteligentíssimo*, é que há a superlativação; exatamente por expressar uma noção absoluta (de natureza hiperbólica) que ultrapassa os limites de uma escala gradativa; enquanto que no *superlativo absoluto relativo*, exemplificável em *muito inteligente*, o que há não é superlativação, mas o grau superior expresso pelo gramema livre *muito*. Por outro lado, o superlativo absoluto sintético não é semanticamente equivalente ao denominado superlativo absoluto analítico, visto que o sintético é portador de uma força intensiva superior à do analítico, como se pode constatar com o exemplo supracitado (*inteligentíssimo*) muito mais enfático do que *muito inteligente*.

Em síntese, pode-se dizer, então, que em *inteligentíssimo* não há categoria de grau, mas apenas superlativação; e que em *muito inteligente* não há superlativação, mas apenas a categoria de grau; razão pela qual as nomenclaturas *grau superlativo absoluto sintético* e *grau superlativo absoluto analítico* devem ser evitadas, substituindo-as, respectivamente, por *superlativo absoluto* (ou apenas *superlativo*) e *grau superior*.

Algo semelhante ocorre também com o impropriamente denominado *superlativo relativo*, muito provavelmente pelo fato de ele ter possuído no latim a mesma flexão de grau (*-íssimus*), exemplificável em *felicíssima matrum* (= **a mais** feliz **das** mães). A rigor, não há aqui superlativação, mas categoria de grau, pois em “A mais feliz das mães” o que se tem é o *grau superior* expresso por *comparação total*, em que se marca o grau de apreciação utilizando um comparante que abrange um número maior de seres, um número constituído por um conjunto total de elementos ou por todos os seres possíveis de abarcá-lo.

Sobre os vocábulos melhor, pior, maior, menor etc., Ferreira (1975) admite serem, respectivamente, comparativos de superioridade.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

de de *bom, mau, grande, pequeno*, etc., seguindo a tradição gramatical, quando se sabe que, gramaticalmente falando, assim como *mulher* não é o feminino de *homem*, *bom* não varia em grau e *melhor* não é derivado de *bom*, o mesmo podendo ser dito a cerca dos demais vocábulos. Tal equívoco se explica por ter havido no latim um mecanismo linguístico formador do comparativo de superioridade sintético mediante o acréscimo da desinência *-ior* ao radical nominal, exemplificável em “Homo *felicior* cervo” (= homem *mais* feliz *do que* o cervo). Portanto, *melhor, pior, maior, menor*, etc. não são formas derivadas de *bom/bem, mau/mal, grande, pequeno*, etc., mas sim outros vocábulos semanticamente correspondentes a *mais bom, mais mau, mais grande, mais pequeno*, etc. O que há aqui, portanto, são exemplos de formas semanticamente intensificadas cujos morfemas foram incorporados na lexia mediante o processo de lexicalização (ou cristalização) em que a categoria de grau se manifesta por heteronímia (ou suplementação) e não por flexão ou derivação.

Algo semelhante ocorre também em relação aos vocábulos *ótimo, péssimo, máximo, mínimo*, etc., para os quais não se pode falar de derivação pelas mesmas razões, com a diferença apenas de que nesse caso não há categoria de grau, mas apenas superlativação por heteronímia.

Sobre o pronome ele e suas variações, Ferreira (1975: 502) segue a tradição gramatical de considerá-lo a 3ª pessoa. Só que, ao contrário da 1ª e 2ª pessoas que são necessariamente pessoais, a 3ª pessoa não o é, razão pela qual o verbo vai para a 3ª pessoa quando se quer expressar a impessoalidade de modo mais apropriado. Isso explica também porque só a 3ª pessoa se flexiona em gênero (ele/ela), pois para a 3ª pessoa o básico é o gênero e não a pessoa, já que a 3ª pessoa não faz parte do eixo comunicacional. Assim, o emissor se fixa no processo verbal e não no agente ou na causa dele. Exemplo: Troveja. Por isso mesmo é que Benveniste *Apud* Hernández Alonso (1992, p. 273) demonstrou a falsidade da tríplice distribuição da categoria pessoal, optando por uma distribuição bipartida de oposição entre a “primeira + segunda” pessoas como termos marcados e a “terceira” como termo não-marcado, baseando-se numa correlação de “personalidade”. Por outro lado, a 1ª pessoa se opõe à 2ª baseando-se numa correlação de “subjetividade” em que *eu* é a forma subjetiva e *tu* é a forma não-subjetiva, o “não-eu” na comuni-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

cação, mas ambas indispensáveis, o que não ocorre com a 3ª, a pessoa ausente, a não-pessoa.

Sobre os numerais, Ferreira (1975) considera-os como uma classe de palavra, seguindo a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB); sendo que, a rigor, não deveriam se constituir numa classe de palavras a parte, exatamente por integrarem a classe dos nomes, ou, mais propriamente, a classe dos pronomes definidos, que se opõe à dos pronomes indefinidos, em virtude da afinidade que há entre eles, dotados que são da propriedade de serem *quantitativos*, com a diferença apenas decorrente de os primeiros expressarem uma quantidade *definida*, enquanto os últimos expressam uma quantidade *indefinida*. Exemplo: Apenas **três** retornaram – Apenas **alguns** retornaram. Mas, independente da posição que vier a se tomar, não há como negar o fato de que, no eixo sintagmático, o numeral pode funcionar tanto como *substantivo* (Gastei *dois milhões*) quanto como *adjetivo* (Compre-me *duas* medalhas para oferecer ao *primeiro* colocado desta competição), fato este que explica por exemplo, a confusão existente entre substantivos coletivos e numerais coletivos, tais como *par, casal, dúzia, dezena, centena, quarentena, milheiro, novena* etc.

Sobre a interjeição, que Ferreira (1975) aceita como uma dentre as dez classes de palavras da nossa NGB, é bom esclarecer sobre a impropriedade de inseri-la dentre as classes de palavras, porque não é de fato palavra, porém mais do que isso, apesar de a gramática normativa continuar insistindo em tratá-la como uma palavra, postura esta só explicável pelo ranço de tradicionalismo que persiste nos estudos gramaticais impregnados ainda de uma ideologia equivocada e incoerente. A realidade é que a interjeição é uma *frase de situação* do tipo *frásicola* (= frase muito reduzida) que possui a peculiaridade de não admitir a *primeira articulação*, isto é, a possibilidade de ser segmentada em morfemas, de acordo com Carone (1986, p. 47), dentre outros. Trata-se, portanto, de uma representação figurativa associada a uma entonação peculiar manifesta mediante diversas modalidades de frase, tais como a *apelativa* (Socorro!), a *interrogativa* (Hum?), a *dubitativa* (Hum!), a *imperativa* (Psiu!), a *negativa* (Hum-hum), a *optativa* (Tomara!), a *exortativa* (Coragem!), etc.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Sobre alguns intensificadores, a exemplo de muito, Ferreira (1975, p. 952) classifica-os como *advérbios de intensidade*, quando a rigor inexistente advérbio de intensidade mas *vocábulos denotativos de intensidade* ou *intensificadores* (mecanismos operadores da intensificação, dentro da qual se insere a categoria de grau), conforme posição assumida por Azevedo Filho (1969), Bonfim (1988, p. 68), Gomes (1994, p. 7) e Lopes (2000, p. 310). Apesar de poderem determinar verbos e adjetivos, junto aos quais desempenham a função de termo terciário, eles vão além disso, não só por determinarem em alguns casos o substantivo, mas até os próprios intensificadores junto aos quais desempenham a função de termo quaternário. Além disso, os *intensificadores* não têm nenhuma relevância no âmbito da sintaxe por não serem constituintes indispensáveis da estrutura oracional, funcionando mais como modalizadores do *dictum* e não como elemento estruturativo do mesmo, a exemplo de frases do tipo “Berenice comprou banana *demais*”, “Berenice comprou *muita* banana” e “Berenice comprou *pouca* banana”, que, analisadas sintaticamente, refletem a mesma estrutura, correspondente à encontrada na frase “Berenice comprou banana”, todas elas pertencentes ao mesmo padrão frasal, representado pelo esquema S+VT+OD (sujeito + verbo transitivo + objeto direto). Por conseguinte, os intensificadores (muitas vezes empregados subjetivamente e/ou impressionisticamente) podem ser suprimidos do contexto frasal sem grande comprometimento para a inteligência da mensagem formulada.

Sobre os denominados advérbios de dúvida, de afirmação e de negação, dentre outros, Ferreira (1975) segue a tradição de arrolá-los dentre os advérbios. Mas, fazendo uma análise apurada desses supostos advérbios, chega-se à conclusão de que eles, na realidade, assim como os denominados *advérbios de frase*, não são propriamente advérbios, mas também modalizadores frasais.

A propósito, de acordo com Bonfim (1988), os denominados advérbio de *dúvida*, de *afirmação* e de *negação*, com exceção de *sim* e *não*, os quais, empregados isoladamente, são frases do tipo frásicola, assim como os *advérbios de frase* (impropriamente denominados advérbios de modo) encontrados em enunciados do tipo “*Felizmente* ele veio”, revelam opinião do enunciador ou sua dúvida sobre o enunciado e, portanto, estão ligados não ao verbo mas ao sujeito da

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

enunciação, com a maioria deles se caracterizando por virem carregados de subjetividade.

Sendo assim, tanto os equivocadamente denominados advérbios de frase quanto os denominados advérbios de dúvida “representam uma interferência do sujeito da enunciação no enunciado” (*idem*, p. 67), e se identificam mais com as *expressões* (ou os *denotativos*) de *situação*, dentre os quais se incluem vocábulos sintaticamente inanalísáveis do tipo dos assinalados nos enunciados “*Afinal* ele virá”, “*Enfim*, chegou sua vez”, “*Hoje sempre* choveu”, e “*Bem*, faça algo”; ou com os *modalizadores delimitadores* (*Teoricamente* ela está correta), *deônticos* (Ele terá que vir *necessariamente*), *afetivos* (*Infelizmente* perdi o ônibus) e *asseverativos* ou *epistêmicos* (*Certamente* ele virá).

Dáí conclui-se que os advérbios são apenas os de *lugar*, *tempo* e *modo*, observando, porém, que dentro do advérbio de modo estão inseridas, além da circunstância de modo propriamente dita, as circunstâncias de *meio*, *instrumento*, *matéria*, *fim*, *causa*, *companhia*, *preço* etc., opinião esta defendida por Gomes (1994, p. 7), dentre outros.

Sobre as classes dos vocábulos formais, Ferreira (1975), assim como a NGB, confunde classe com as categorias e sincategorias gramaticais do discurso ao inserir o substantivo, o adjetivo, o advérbio, a preposição e a conjunção no rol das classes. A rigor, levando-se em conta a proposta de Gomes (1988) e o que a respeito tem se pronunciado Câmara Jr. (1970) e Biderman (1978), dentre outros, o vocábulo formal pode ser classificado em cinco classes que seriam a dos *nomes* e *pronomes* (que podem desempenhar no discurso as categorias de substantivo, adjetivo e advérbio), a dos *verbos*, a dos *verbóides* e a dos *conectivos* (que podem desempenhar no discurso as sincategorias de preposição e conjunção).

Para Gomes (1988), não é só espantoso como também lamentável que até hoje as gramáticas didáticas insistam em apresentar o *substantivo*, o *adjetivo* e o *advérbio* como sendo classes de vocábulos, quando, na realidade, tais elementos são categorias gramaticais do discurso em que o *substantivo* (termo primário) não determina mas é determinado pelo *adjetivo* ou pelo *verbo* (termos secundários); o *adjetivo* (termo secundário) é sempre determinante do termo pri-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

mário; e o *advérbio* (termo terciário) é determinante dos termos secundários, isto é, do *adjetivo* e do *verbo*.

Por aqui concluímos esta exposição, reconhecendo que ela em nada diminui o mérito e a importância desta grande obra que é o Novo Dicionário Aurélio, principalmente porque o propósito do autor não foi o de fazer uma gramática, mas sim um dicionário; e optou por seguir a tradição gramatical vigente em sua época, o que é mais do que compreensível e aceitável, principalmente se considerarmos que só recentemente têm surgido trabalhos de pesquisa no âmbito da linguística questionando conceitos antes aceitos e tidos como inquestionáveis pelos estudiosos da matéria.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO Filho, Leodegário Amarante de. *Gramática básica da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BONFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GOMES, José Maria Barbosa. *Categorias gramaticais*. João Pessoa: UFPb, 1988 [Cópia xerografada].

———. *O advérbio: uma categoria gramatical mal compreendida*. João Pessoa: UFPb, 1994 [Cópia xerografada].

HERNÁNDEZ ALONSO, César. *Gramática funcional del español*. 2ª ed. corr. y aum. Madrid: Gredos, 1992.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *Lições de morfologia da língua portuguesa*. Jacobina: Tipô-Carimbos, 2003.

———. *Processos de intensificação na norma urbana culta de Salvador*. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

PENHA, João Alves Pereira. *Filólogos brasileiros*. Franca: Ribeirão Gráfica, 2002.